**PORTARIA N° \_\_/20\_\_**

**Procedimento de Investigação Criminal - PIC nº \_\_/20\_\_**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, por seu Presentante Legal, que abaixo subscreve, no desempenho das atribuições conferidas art. 127, caput, e 129, II e VII, da Constituição Federal, bem como na Resolução CNMP n.º 181/2017, no uso de suas atribuições legais, etc.;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, através de ofício encaminhado pela \_ª Promotoria de Justiça de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que XXXXXXXXXXX, pessoa com deficiência mental, foi mantido em cárcere privado pelo seu genitor, XXXXXXXXXXXX;

**CONSIDERANDO** que constituem crime tipificado no Código Penal a conduta de “Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado” (art. 148, CP).

**CONSIDERANDO** que a investigação criminal não é privativa da polícia judiciária, podendo o Ministério Público também se valer de poderes investigativos quando verificada a necessidade para tanto, o que se faz com supedâneo no art. 129, VI e VIII, da Carta Magna;

**CONSIDERANDO** que com base no que determina o art. 2º, inciso II da Resolução nº 181 de 2017 do CNMP, o membro do Ministério Público poderá instaurar Procedimento de Investigação Criminal quando estiver em poder de quaisquer peças de informação;

**RESOLVE:**

Instaurar **PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL** tendo em mira a produção de elementos de convicção ministerial para possível oferecimento de denúncia, pelo que, determina-se, desde logo, o seguinte:

a) Seja notificada o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXX para, querendo, prestar esclarecimentos nesta Promotoria de Justiça, no dia \_\_/\_\_/20\_\_, às \_\_h. A notificação deverá mencionar o fato investigado e a faculdade do notificado de se fazer acompanhar por advogado(a).

b) Remeta-se cópia desta Portaria à Procuradoria-Geral de Justiça, à Presidência do Conselho Superior do Ministério Público, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, e à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais, para conhecimento;

c) Nomear a Assessora Ministerial XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX para funcionar como secretária escrevente deste Procedimento Investigatório Criminal;

c) Autue-se, registre-se, publique-se, cumpra-se.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/PI, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Promotor de Justiça